

"Boa chance para acordo"

GAZETA MERCANTIL 19 SET 1989
por Gerúlio Bittencourt
de Cancun

Em maio, as chances de um acordo entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Brasil eram quase zero. "Mas hoje existe uma possibilidade concreta", disse ontem a este jornal o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, na abertura do encontro de ministros de Fazenda e presidentes de bancos centrais da América Latina, no Hotel Camino Real.

O contraste entre as datas é marcado pela missão do Fundo que esteve no Brasil em maio. "Aquele foi um momento dramático para a gestão da economia brasileira", reconhece o ministro. "Não conseguimos reindexar a economia, o dólar disparou, e mesmo quem investiu no mercado financeiro perdeu. Os técnicos do Fundo saíram do País com a impressão de que estávamos no mesmo caminho da Argentina, que havia decididamente entrado na hiperinflação."

Os técnicos do FMI acreditavam, por exemplo, que o déficit fiscal ia para 10% do Produto Interno Bruto (PIB), e que o governo em fim de mandato do presidente José Sarney havia perdido o controle da situação. "Mas nós revertermos a situação", insiste Mailson. "Conseguimos reindexar a economia com o BTN, do qual hoje se fala no mercado como se fosse a antiga OTN cambial. Ao contrário do que esperavam mesmo os economistas brasileiros, o IPC manteve credibilidade como indexador. O déficit não será de 10% do PIB. Não vamos para a hiperinflação como a Argentina."

Com base nesses resultados, o ministro lembra que a situação mudou também por outros fatores. "Conseguimos convencer influentes segmentos da sociedade de que o governo tem controle da situação. Através do esforço de fiscalização, melhoramos a arrecadação dos impostos. Se você descontar que a Constitui-

ção retirou cinco impostos da União e transferiu suas receitas para estados e municípios, com o nosso esforço reduzimos a perda de receita fiscal a 7%", diz ele.

O restabelecimento de condições mínimas para um acordo provisório com o FMI poderia ser ainda melhor, segundo o ministro da Fazenda, se não fosse o efeito devastador das medidas previstas na nova Constituição sobre o orçamento da União. "Nosso acordo original com o FMI previa a redução do déficit fiscal de 8% para 4% e depois para 2%", lembra ele. "Mas as medidas constitucionais, que tiraram receitas e aumentaram encargos da União, representaram sozinhas um aumento de 3,5% no déficit fiscal."

Mailson reconhece que seus problemas não foram criados apenas pela Constituição. "O governo também é responsável, porque não conseguimos conter adequadamente os gastos públicos. Tivemos que aumentar os salários, fre-

quentemente, por decisões judiciais, o que dá uma parcela de responsabilidade no déficit ao Poder Judiciário. Mas houve ainda setores do próprio governo que cederam a pressões e aumentaram os salários, então os três Poderes tiveram alguma responsabilidade no agravamento do déficit", argumenta.

Um quarto fator, a seu ver, é a fase de final de mandato do atual governo. "Especialmente na América Latina, os governos em final de mandato ficam com sua capacidade de ação reduzida", nota o ministro. "Os candidatos, na emoção da disputa, fazem promessas que dificilmente podem ser cumpridas, e isso interfere na expectativa das pessoas." Ser governo nesse momento é um pouco como remar contra a corrente.

As dificuldades fiscais do governo brasileiro impediram o cumprimento de suas metas originais com o Fundo. Por sua vez, a falta de

(Continua na página 23)

Os ministros da Fazenda do Grupo dos Oito reúnem-se hoje em Cancun, no México, para analisar as propostas de seus técnicos para alívio da dívida externa, a dívida entre os países da América Latina e as instituições internacionais de crédito: Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

“Boa chance para acordo”

por Getúlio Bittencourt
de Cancun

(Continuação da 1ª página)

acordo com o Fundo impede que o País receba recursos do Japão, dos empréstimos setoriais do Banco Mundial (BIRD), dos bancos comerciais e do próprio Fundo — porque estão interligados.

“Isso nos impediu de receber neste ano recursos externos da ordem de US\$ 3 bilhões”, soma o ministro da Fazenda. “E com isso também não podemos pagar os juros devidos aos bancos comerciais, porque teríamos que baixar o nível de nossas reservas de modo inaceitável.”

O estabelecimento do acordo provisório com o Fundo, que deve ser decidido pela diretoria da instituição nos próximos dias, tem um papel importante na atual conjuntura brasileira, de acordo com o ministro. “Não será possível receber todos os US\$ 3 bilhões que deveríamos ter começado a receber em janeiro”, pondera, “mas será possível viabilizar a entrada de parte desses recursos. Aí, então, poderemos pagar os juros aos bancos comerciais e, mais um vez, reiterar que o governo tem controle da economia”, concluiu.